

14º Seminário Nacional Sociologia & Política

Saberes em Confluência

GT 13 – Sociologia e Políticas Públicas

O Programa Pé-de-Meia e seus desafios na redução da evasão escolar e desigualdades sociais no município de Piraquara/PR (2024-2025)

Jaqueline Kovalechucki¹

Marisete Teresinha Hoffmann -Horochovski²

INTRODUÇÃO

A discussão sobre um ensino de qualidade abrange questões que vão além de extensos documentos. Ela envolve dimensões extra e intraescolares, considerando diferentes atores, dinâmica pedagógica, processos de ensino-aprendizagem, currículos, expectativas de aprendizagem entre outros fatores que podem interferir nos resultados educativos (DOURADO, 2009).

Documentos como, por exemplo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), propostas curriculares municipais dentre outros documentos procuram mostrar em suas concepções, os direitos e experiências que crianças e jovens podem usufruir com o ensino, suas interações, construções e apropriações de conhecimentos por meio de aprendizagens e socialização. (BRASIL, 2017, p. 463). Não obstante, ao invés de aproximar e oportunizar com que crianças e jovens possam reconhecer-se como sujeitos perante nossa sociedade, esses currículos e documentos podem gerar discriminação e exclusão destes e de outros grupos, como por exemplo, negros, indígenas, pobres e marginalizados, não sendo os espaços

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação Profissional em Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO/UFPR). Professora da rede pública de Educação do Estado do Paraná (SEED/PR) Agência financiadora: CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e-mail: jacque.kovalechucki@gmail.com

² Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora do Programa de Mestrado Profissional em Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO) e-mail: marisetejh@gmail.com

escolares o de criação de capacidades e oportunidades mas sim o de dificuldades e desigualdades (LEITE, 2019, p.10).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 93,5% dos jovens de 15 a 29 anos estavam matriculados no Ensino Médio, em 2024. Apesar disso, segundo os dados do próprio instituto, as desigualdades raciais, regionais e de renda mostraram-se evidentes em relação ao acesso à Educação. Visto isso, percebe-se a importância de políticas públicas e programas educacionais que oportunizem com que vários indivíduos historicamente excluídos do sistema educacional sejam acolhidos e tenham seus direitos básicos garantidos pelo Estado (BRASIL, 2014, p.8).

Dessa forma, cabe ao Estado e municípios proporcionar um padrão de qualidade capaz de garantir aos alunos o princípio de igualdade de condições de acesso, de tratamento e de aquisição de conhecimentos e competências nas diferentes ofertas de ensino no Brasil (GUSMÃO, 2022, p.8).

Mais do que oferecer “serviços sociais”- entre eles a educação- as ações públicas articuladas com as demandas da sociedade, devem se voltar para a construção de direitos sociais (HOFLING, 2001, p.40)

O jovem brasileiro hoje precisa, sim, de uma escola que estimule o desenvolvimento de suas habilidades, de modo a permitir sua inserção autônoma e com segurança nos vários espaços da vida social – o trabalho, a vida comunitária, a cena política, a cidadania (CASTRO, 2009, p .10). Conforme aponta Dayrell (2014, p. 109), esses jovens ainda sofrem com a insuficiência de políticas públicas que garantam a eles de fato a sua plena cidadania, visibilidade, demandas e necessidades.

Em um país ainda com grandes desigualdades como o Brasil, construir fundamentos pedagógicos que articulem rigor científico e sensibilidade social é uma exigência de uma educação comprometida com uma vida melhor para todos e todas (PEREIRA, 2020, p. 113).

Tais jogos de interesses acabam sendo percebidos principalmente no ambiente escolar, onde o papel da escola não se restringe ao ensino, assumindo também funções de convivência e segurança, diferentemente de outras classes que obtêm o capital cultural (SOUZA, 2015). Ainda mais para a juventude que surge de forma múltipla como questão social relevante, seja pelos problemas que vivencia, seja pelas potencialidades de realizações futuras ou seja pelo

ciclo de vida em que se encontra, surgindo aí a importância de atenção a esse grupo por parte da sociedade (CASTRO, 2009, p.28).

Por essas razões, a intenção desse trabalho é o de analisar e debater como essas políticas estão sendo desenvolvidas no âmbito da Educação, escola e sociedade, se estão sendo criadas novas possibilidades e perspectivas ou se estão gerando ainda mais desigualdades para jovens que estão no Ensino Médio e se apresentando, assim, como uma falsa generosidade por meio de “gratificações” de determinados grupos (FREIRE, 1987, p.21).

Junto à análise do programa “Pé-de-Meia”, o objetivo é entender se este consegue mesmo atingir os jovens que estão no Ensino Médio, possibilitando novas perspectivas em relação a um futuro profissional, identificação como indivíduo e até mesmo a sua relação com a escola. Ademais, busca averiguar se os números em relação a frequência e evasão mudaram a partir da adesão de alunos a esse programa. Além disso, procura-se também conhecer sobre o ciclo dessa política pública em seus estágios, desde a definição da agenda à implementação (SOUZA, 2006).

Para isso, foram selecionados por meio de informações do próprio site do programa números sobre os alunos beneficiados no ano de 2024 e 2025 no Brasil e no município de Piraquara, Região Metropolitana de Curitiba junto a informações do Censo Escolar 2024 e 2025.

Ressalta-se que esse trabalho faz parte da pesquisa em andamento no Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO).

O PROGRAMA PÉ-DE-MEIA

O Programa “Pé-de-Meia” é uma política de incentivo financeiro-educacional criada em 2024 e voltada a estudantes matriculados no Ensino Médio público, beneficiários do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) (BRASIL, 2025). Seu objetivo é reduzir a evasão e abandono escolar, estimulando a conclusão dos estudos na Educação Básica (BRASIL, 2026). É importante registrar que podemos definir o abandono escolar quando o estudante deixa a escola antes do final do ano letivo, podendo este retornar

no ano seguinte, sendo matriculado. Já a evasão escolar ocorre quando o estudante não concluiu seus estudos naquele ano e não retorna nos anos seguintes (BRASIL, 2024, p. 7).

As características dos incentivos desse programa são vinculados à efetivação da matrícula, à comprovação de 80% de frequência mínima mensal e à conclusão do ano letivo com aprovação e participação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) (BRASIL, 2025).

O programa busca também atingir os resultados do Plano Nacional de Educação nas Metas 3, 10 e 11, tendo maior foco neste trabalho a meta 3 que corresponde ao acesso universal ao Ensino Médio (BRASIL, 2026).

Mas como exatamente funciona o programa?

O Pé-de-Meia foi criado com a publicação da Medida Provisória nº 1198, de 27 de novembro de 2023, que instituiu uma poupança de incentivo à permanência e à conclusão escolar para estudantes do ensino médio (MEC, 2025). Nesse sentido, o programa funciona como uma poupança para promover a permanência e conclusão escolar de estudantes nessa etapa de ensino, tendo como objetivo democratizar o acesso à educação, reduzir a desigualdade social e estimular a mobilidade social (BRASIL, 2025).

Os lançamentos estaduais do Pé-de-meia começaram no ano de 2024, iniciando-se no Estado do Espírito Santo (BRASIL, 2025).

Tem direito à poupança, estudantes do ensino médio matriculados na rede pública com idade entre 14 e 24 anos ou estudante da educação de jovens e adultos (EJA) matriculados na rede pública com idade entre 19 e 24 anos (BRASIL, 2025). Esses alunos devem também constar como integrante de uma família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e que tenha renda por pessoa de até meio salário-mínimo, Cadastro de Pessoa Física (CPF) regular e frequência nas aulas de no mínimo 80% no mês (BRASIL, 2025).

Os alunos que atendem a esses critérios para receber a poupança do Ensino Médio têm seus dados coletados e enviados pela escola com informações de matrícula no início do ano, e depois de frequência, todo mês, para a rede de ensino da qual faz parte (BRASIL, 2025).

Os valores são os mesmos em todo o território nacional, apenas variando conforme a modalidade de Ensino, que são as de ensino regular e educação de jovens e adultos (EJA). Esses pagamentos ocorrem de acordo com o mês de nascimento do estudante que faz parte do programa e que tenha atingido frequência igual ou superior a 80% nas aulas (BRASIL, 2025).

Em caso de reprovação no ano letivo, o aluno não recebe a parcela de conclusão, mas pode receber as parcelas referentes à matrícula e a frequência no ano que cursar novamente (BRASIL, 2025).

Caso o aluno seja menor de idade, é necessário que o responsável legal autorize a movimentação da conta, saque ou utilização do aplicativo gratuito chamado de Jornada do Estudante (BRASIL, 2025). Nesse aplicativo, o aluno pode acompanhar os registros estudantis, documentos digitais sobre a sua trajetória escolar em estabelecimentos de ensino até o nível superior, além de um canal direto de comunicação entre o MEC e o estudante (BRASIL, 2025).

Já em relação ao abandono e não conclusão do Ensino Médio, as parcelas de R\$1.000 (mil reais) são devolvidas ao fundo que administra os recursos do Pé-de-meia, sem nenhum custo ao aluno (BRASIL, 2025).

Com o benefício, o aluno do ensino regular recebe o pagamento de incentivos mensais de R\$200 (duzentos reais) por meio de dez parcelas mensais que podem ser sacados a qualquer momento e recebendo R\$1000 (mil reais) ao final de cada ano concluído que só pode ser retirado após a formatura do Ensino Médio além de um pagamento único de R\$ 200 (duzentos reais) para estudantes concluintes que participaram dos dois dias de prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e que o concluíam (BRASIL, 2025).

Já os alunos matriculados na educação de jovens e adultos (EJA) recebem uma parcela única de matrícula no valor de R\$200 (duzentos reais), mesmo que este mude de escola, rede ou modalidade. As parcelas de frequência são pagas por semestre, sendo até quatro parcelas no valor de R\$225 (duzentos e vinte e cinco reais) desde que o aluno tenha frequência mínima de 80% nas aulas (BRASIL, 2025).

Sobre a conclusão, são depositados R\$ 1000 (mil reais) ao fim de cada semestre letivo aprovado e conclusão de toda a etapa do Ensino Médio, sendo que quem conclui através do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) com carga mínima de 400 horas podem também receber esse pagamento (BRASIL, 2025).

O aluno dessa modalidade também pode receber em pagamento único no valor de R\$200 (duzentos reais) caso participe dos dois dias de prova do Enem, podendo ser sacado apenas após a conclusão do Ensino Médio (BRASIL, 2025).

De acordo com informações do site do programa, os valores podem chegar a R\$ 9.200 (nove mil e duzentos reais) por aluno, levando em consideração as parcelas de incentivo, depósitos anuais e o adicional de R\$200 (duzentos reais) pela participação nos dois dias de prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) (BRASIL, 2025).

Essa preocupação relacionada ao Exame (Enem) se dá justamente por este ser um meio de acesso ao ensino superior, evidenciando que o número de concluintes de escolas públicas que fazem o exame pode ser melhorado - 46,7% - sendo necessárias ações para conter e reverter a evasão e o abandono do ensino médio (BRASIL, 2024, p. 7)

De acordo com a Secretaria de Educação Básica (SEB), até fevereiro de 2025, o programa Pé-de-meia atendeu 4 milhões de alunos beneficiados, com estimativa de 12,5 bilhões de reais de investimento anual após ampliação para CadÚnico e EJA (BRASIL, 2025).

Os Estados que mais tiveram alunos beneficiados no ano de 2024 foram São Paulo (4.463.581), Bahia (4.063.547) e Minas Gerais (2.779.996) (BRASIL, 2026). No ano de 2025, esses Estados continuaram com o maior número de alunos beneficiários, liderado por São Paulo (4.279.263), Bahia (4.052.199) e Minas Gerais (2.709.433) (BRASIL, 2026).

Desde o dia 31 de julho de 2025, o Governo Federal por meio do Portal da Transparência pública a lista de estudantes e de pagamentos do programa, sendo possível conferir informações sobre o nome, UF, município, etapa de ensino, tipo de incentivo recebido (matrícula, frequência, conclusão ou Enem), entre outras (BRASIL, 2025).

Além disso, percebe-se iniciativas estratégicas de outras áreas do governo junto ao Pé-de-meia. Um exemplo é a parceria entre Ministério da Educação e Saúde com o Programa Dignidade Menstrual que busca combater o abandono escolar e garantir igualdade de gênero nesses espaços (BRASIL, 2025). De acordo com a página do governo, o objetivo é ampliar o suporte às pessoas em situação de vulnerabilidade para acesso aos absorventes menstruais pela Farmácia Popular, aproximando a população aos cuidados contínuos de saúde e atenção primária como porta de entrada para o Sistema Único de Saúde - SUS (BRASIL, 2025).

Além dessa iniciativa, no ano de 2026 o governo Federal também divulgou o Pé-de-Meia Licenciaturas, com bolsa de pagamento mensal para estudantes de licenciatura, na modalidade presencial, que obtiverem nota média igual ou superior a 650 pontos no Enem (BRASIL, 2026).

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA PÉ-DE-MEIA

O processo de implementação do Pé-de-Meia envolve uma engenharia de dados cadastrais, registros de frequências e transações financeiras, assim como de iniciativas locais de redução do problema (BRASIL, 2024, p. 32).

Ele é executado a partir do Fundo de Custeio da Poupança de Incentivo à Permanência e Conclusão Escolar para estudantes do Ensino Médio (Fipem), que tem como agente operador a Caixa Econômica Federal, que é a responsável pela gestão de recursos (BRASIL, 2025).

O órgão responsável pelo Pé de-meia é a Secretaria de Educação Básica (SEB), que faz parte do Ministério da Educação (MEC) que tem como dever consolidar os dados enviados pelas secretarias distrital, estadual e municipal que fazem parte do programa, assim como elaborar a relação de estudantes habilitados por meio do cruzamento dessas informações com os dados do Cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) (BRASIL, 2025).

Já a Caixa Econômica Federal entra como agente financeiro executor do programa, que tem como competências a abertura das contas dos estudantes e a execução do pagamento dos incentivos a estes (BRASIL, 2025).

Entram também como parceiros neste programa o Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento Social, Núcleo de Excelência em Tecnologias Sociais (Nees), ligado à Universidade Federal de Alagoas (Ufal) que é responsável pelo Sistema Gestão Presente (SGP) e o laboratório Bridge, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o qual é responsável pelo desenvolvimento do aplicativo Jornada do Estudante (BRASIL, 2025).

Pensando em política educacional, Hofling (2001, p.39) coloca que caso não se amplie efetivamente a participação dos envolvidos nas esferas de decisão, planejamento e execução, serão alcançados índices positivos em relação a avaliação dos resultados do programa mas não quanto à avaliação política da educação.

Dessa forma, quanto maior a base de apoio (ou, menores os pontos de veto) e sustentação das políticas públicas, maiores as chances de a implementação atingir os objetivos esperados (OLIVEIRA, 2013, p. 26).

As políticas públicas são construções informadas por valores simbólicos e normas, sendo representações sociais que integram o universo cultural simbólico de determinada realidade social, devendo priorizar princípios, objetivos, normas e diretrizes bem definidas (LEAL, 2018, p.71).

Com isso, podemos perceber a relação entre Estado e as políticas que este implementa em uma determinada sociedade e em determinado período histórico, junto a “questões de fundo” sobre as decisões tomadas, escolhas feitas, os caminhos da implementação e avaliação (HOFLING, 2001, p. 30).

Para compreender uma política pública é necessário trabalhar com “fases da política”, já que estas apresentam grandes diferenças em questões institucionais e atores envolvidos nas etapas de formulação, e avaliação (OLIVEIRA, 2013, p.16).

De acordo com a classificação trabalhada por Teodor Lowi, o Programa Pé-de-Meia constitui-se como uma política de caráter redistributiva, na qual atinge maior número de pessoas e impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais e ganhos incertos e futuros para outros (SOUZA, 2006, p.28).

Sua implementação ocorre em todo o território nacional aos estudantes que se encontram na etapa do Ensino Médio que se enquadram nos requisitos estipulados pelo programa. Com isso são realizados pagamentos nos quesitos de matrícula, frequência, conclusão e realização do ENEM (BRASIL, 2024, p.19).

O processo de implementação, etapa importante na política pública, serve justamente como uma forma de barrar políticas mal formuladas ou quando executadas de forma errônea minar uma política mesmo que essa seja bem desenhada (OLIVEIRA, 2013, p. 17).

O programa possui um plano de monitoramento e avaliação junto com ações e estratégias chamada de Rumo Certo, que procura por meio de instrumentos de gestão necessários para que o programa possa atingir seus objetivos pedagógicos e socioeconômicos (BRASIL, 2025, p.4). No plano de monitoramento e avaliação, o monitoramento do programa se dá pela evolução das matrículas, frequência, desligamentos do programa, participação no Enem e conclusão do ensino médio pelos estudantes elegíveis (BRASIL, 2024, p.22).

Já a avaliação do programa será por meio de resultados em termos do aumento dos anos de escolaridade com externalidades positivas para o desenvolvimento econômico e social do país e a saída do ciclo estrutural de pobreza por parte do indivíduo (BRASIL, 2024, p.31).

Também propõem-se junto a essa avaliação os efeitos que o programa teve sobre a geração de emprego e renda, por meio da inclusão no mercado formal de trabalho, bem como da interação do programa com as famílias e escolas (BRASIL, 2024, p.31).

Com isso, a avaliação pode apontar os problemas da política pública que já se encontra em funcionamento e que só foram constatados após a implementação (OLIVEIRA, 2013, p. 17).

Isso pode ocorrer justamente pelas ações empreendidas pelo Estado que não ocorrem automaticamente, já que estas possuem movimento e contradições, podendo gerar resultados diferentes dos esperados, já que dizem respeito a diferentes grupos e que podem sofrer efeitos expressos nas relações sociais de poder (HOFLING, 2001, p.35).

Junto às fases do processo dessa política pública entra o conjunto de estratégias denominada Rumo Certo, que procura realizar uma gestão educacional preventiva, sustentada por dados, articulações intersetoriais e práticas pedagógicas que coloquem o estudante no centro do processo (BRASIL, 2025, p.4).

Dessa forma, ele complementa as ações realizadas pelo Programa Pé-de-Meia, articulando diferentes instâncias e atores do sistema educacional, tanto no plano vertical - entre escolas, regionais e secretaria - quanto no plano horizontal - entre diferentes setores e políticas públicas (BRASIL, 2025, p. 6).

Desde 2024, o programa atendeu cerca de 5,6 milhões de alunos beneficiados, atendendo 54% dos estudantes do Ensino Médio das escolas públicas, tendo um investimento de 18,6 bilhões de reais (BRASIL, 2026).

Embora o Pé-de-Meia não tenha ainda resultados que possam ser diretamente analisados, podemos utilizar indicadores educacionais como medidas de desempenho para auxiliar o processo de avaliação e relacioná-los com as questões de eficiência, efetividade e eficácia dessa política pública (OLIVEIRA, 2013, p. 29). Nesse sentido, dados recentes divulgados pelo Ministério da Educação (2026) apontam que após dois anos de implementação do programa, houve uma redução de 43% nos índices de abandono escolar entre os alunos beneficiados. Além disso, a taxa de reprovação também recuou em 33% e o atraso escolar (distorção idade-série) teve queda de 27,5% entre 2022 e 2025 (BRASIL, 2026).

Em relação ao Enem, houve um aumento de 15% nas inscrições, sendo os estudantes com CadÚnico o grupo com maior engajamento tanto em inscrições quanto em comparecimento, saindo das menores taxas de inscrição no Enem em 2023 (56,2%) para as maiores entre todos os perfis na rede pública após o Pé-de-Meia — 66,4% em 2024 e 75,1% em 2025 (BRASIL, 2026).

Esses resultados, ainda que preliminares, indicam avanços significativos em relação à permanência e ao progresso escolar, dialogando com seus objetivos centrais na redução da evasão e promoção da permanência escolar.

Tais resultados além de servirem de base para o financiamento público da educação são também utilizados para formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de educação (BRASIL, 2026, p.2).

Para contextualizar esses resultados no cenário educacional brasileiro, em 2024 o ensino médio foi ofertado por um total de 29.993 escolas. Nos últimos cinco anos, houve um aumento gradual no número de escolas das redes pública e privada, com um crescimento de 3,7% nessa etapa (BRASIL, 2025, p.60).

Em 2024, de acordo com o Censo Escolar 2024, foram registradas 7,8 milhões de matrículas no ensino médio, representando um aumento de 1,5% em relação ao ano anterior; no entanto, é ainda inferior à matrícula observada em 2022 (BRASIL, 2025, p.29). A rede estadual possui a maior participação na matrícula do ensino médio, com 83,1%, seguida pela rede privada (13,3%). A rede federal possui 243,6 mil matrículas (BRASIL, 2025, p.29).

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua 2024 (IBGE, 2025) colocam que o percentual de jovens em idade entre 15 a 17 anos que frequentavam ou concluíram o ensino médio foi de 76,7%, uma alta de 1,7 p.p frente a 2023, sendo um avanço mas que continua abaixo da meta prevista do PNE até 2024 que era de 85%. Nesse mesmo ano, a taxa de escolarização das pessoas de 15 a 17 anos de idade, no Brasil, atingiu 93,4%, representando um aumento em relação a 2023, com crescimento do indicador em todas as regiões com destaque para as regiões Norte (89,1% para 92,0%), Centro-Oeste (90,4% para 92,8%) e Nordeste (91,4% para 93,1%) mas não atingindo a Meta 3 do PNE (IBGE, 2025).

Entre as regiões do Brasil, observou-se melhora na taxa ajustada de frequência escolar com destaque para o Nordeste, que saltou de 71,3% para 73,9%, de 2023, seguido do Norte que também registrou avanço relevante, de 65,9% para 69,8% assim como o Centro-Oeste, que atingiu 77,4%. A Região Sul cresceu de 74,0% para 76,7%, enquanto a Sudeste foi a única a apresentar leve retração, caindo de 81,0% para 80,8% (IBGE, 2025).

O PNAD coloca a idade de 15 anos como um marco de transição, seja a mudanças da estrutura curricular quanto à percepção de utilidade do ensino médio ou à necessidade de entrada precoce no mercado de trabalho, fazendo com que percentual de abandono escolar quase dobre em relação aos 14 anos, alcançando 12,6% (IBGE, 2025). As motivações entre homens e mulheres aparecem também para esse abandono. Os principais motivos foram justamente precisar trabalhar (53,6% homens e 25,1% mulheres) e a falta de interesse em estudar (26,9% homens e 22,5% mulheres) (IBGE, 2025).

A questão de distorção idade-série, foi de 17,8%, valor inferior ao verificado em 2023 (19,5%), sendo mais elevadas na rede pública do que a privada, havendo maior distorção na 1ª série do Ensino Médio, com taxas de 22,5% (BRASIL, 2025, p.31).

Na categoria gênero, 80,1% das mulheres de 15 a 17 anos de idade estavam no ensino médio ou já o haviam concluído, enquanto entre os homens, essa taxa foi de 73,5%, uma diferença de 6,6 p.p. que se manteve praticamente estável em relação ao ano de 2023 (IBGE, 2025). Já em relação a cor ou raça, 81,8% das pessoas brancas estavam na etapa adequada, contra 73,6% das pessoas pretas ou pardas, registrado um avanço de 2,1 p.p. em relação a 2023 mas que ainda mostra que a desigualdade racial ainda é expressiva, evidenciando barreiras no acesso e na permanência de estudantes no ensino médio (IBGE, 2025).

Com relação ao abandono escolar, 8,7 milhões de jovens entre 14 a 29 anos não haviam completado o Ensino Médio. Desse número, 59,1% eram homens e 40,9% mulheres, sendo que em 2023 esse número era de 9,3 milhões (IBGE, 2025).

Na rede pública, os alunos do sexo masculino apresentam taxas de distorção maiores nas três primeiras séries do ensino médio, tendo maior discrepância entre masculino e feminino na 1ª série da rede pública, com uma diferença de 8,0 p.p. (BRASIL, 2025, p. 31).

Sobre o Enem, números divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (BRASIL,2024) mostraram um crescimento no número de inscrições entre 2023-2024. Em 2024 o número de inscrições chegou a um total de 4.325.960, sendo 2.70.891 inscrições gratuitas e 1.616.606 cursando a última série do Ensino Médio (em 2023 foram um total de 3.934.242 inscritos).

Os dados divulgados colocam também sobre o perfil desses inscritos. Em relação ao sexo, há predomínio do feminino (60, 59%). Já em relação à raça/cor, evidenciou-se pessoas pardas (1.311.703), brancas (954.489), pretas (392.586) em relação às inscrições gratuitas.

Em relação aos dados de 2025 sobre os índices referentes ao Ensino Médio, o Censo Escolar encontra-se na segunda etapa de coletas de dados que ocorre até março de 2026. Mas dados divulgados da primeira etapa do Censo Escolar 2025 apontam um recuo histórico, com queda de 2,3% em relação ao ano anterior, com um declínio acentuado dos últimos dez anos (CNN, 2026). De acordo com o Censo 2025, essa tendência de queda se dá por influência de fatores demográficos e melhoras na eficiência educacional (BRASIL, 2026, p.5).

No ano de 2025 o censo indicou 425 mil matrículas a menos, totalizando recuo para 6,3 milhões de estudantes, sendo que Rio Grande do Sul, Pará, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo foram os estados que tiveram maior redução do número de matrículas (CNN, 2026). O percentual de alunos na faixa etária de 15 a 17 anos que frequentaram essa etapa de ensino foi de 93,2% com o número de matrículas presenciais da rede pública de 6.333.721 (BRASIL, 2026, p.20).

Já em relação a taxa de distorção de idade- série no Ensino Médio (2021-2015) foi de 16,00%, sendo menor que a do ano de 2024 que foi de 17,80% (BRASIL, 2026, p.20). Essa taxa apresenta-se como um dos desafios mais importantes das últimas décadas, já que o atraso escolar associado à multirrepetência, afeta o autoconceito, o relacionamento, a trajetória escolar, a mobilidade social e a expectativa de renda futura dos alunos (OLIVEIRA, 2019, p.553).

Na segunda etapa de coleta, os dados serão para verificar o movimento (transferência e abandono) e o rendimento (aprovado ou reprovado) dos estudantes ao término do ano escolar (BRASIL, 2026).

Já sobre o ENEM, dados do governo apontam um total de 4.811.338 de participantes com 1.811.524 estudantes concluintes da última série do Ensino Médio e 3.049.710 inscrições gratuitas (BRASIL, 2026). A maioria dos inscritos é do sexo feminino, tendo uma participação de 60,06% . A faixa etária predominante foi a de 17 anos com um total de 762.170 (de 1.113.719) inscrições gratuitas (BRASIL, 2026). Sobre raça/cor, houve a predominância de pardos com o número de 1.549.658 em inscrições gratuitas, seguida da branca 944.161, preta 450.472 e amarela 41 mil no exame (BRASIL, 2026).

O PROGRAMA PÉ- DE- MEIA NO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA/PR (2024-2025)

O município de Piraquara, o local escolhido para o desenvolvimento deste trabalho possui extensão territorial de 227,042 km² desde 1995, quando foi constituído distrito sede. Hoje conta com uma população estimada de 124.934 e encontra-se localizado na Região Metropolitana de Curitiba (IBGE, 2024).

A ocupação dessa região é dividida em urbana e rural com a Lei Municipal nº 12, de 06 de novembro de 1980. Na parte urbana, encontra-se a região do Guarituba, região suscetível a inundações e não aconselhável a ocupação urbana (TESSEROLI, p.20). Apesar disso, a área abriga atualmente uma grande população, distribuída entre ocupações irregulares, loteamentos aprovados e loteamentos clandestinos inserida no maior centro de abastecimento de água de Curitiba e Região Metropolitana, além de uma área de grande exclusão e vulnerabilidade social (ALMEIDA, 2014, p.254; PIRAQUARA, 2021, p.50).

Sobre as condições de vida, apesar dos avanços ocorridos em relação ao IDHM (Índice de desenvolvimento humano municipal) de 2010, Piraquara continuou no quesito Educação o de mais baixo índice entre os municípios metropolitanos (0,574, enquanto Curitiba possui o índice de 0,768, considerado de alto desenvolvimento). Já na questão de

renda ocorrem divergências socioeconômicas entre bairros do município (ATLAS BRASIL, 2026; PIRAQUARA, 2021, p.44).

Especificamente na área de Educação e acesso ao Ensino Médio, que é um dos temas desse trabalho, Piraquara teve uma taxa de atendimento de 76,9% na faixa etária de 15 a 17 anos (relativa à idade escolar do Ensino Médio), ficando abaixo das metas do referido Plano Nacional de Educação (PIRAQUARA, 2021, p.54).

A oferta de Ensino Médio em Piraquara aumentou em 2023, passando a ter 11 estabelecimentos com Ensino Médio Regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Destas escolas, 9 se localizam na área urbana (8 estaduais e 1 privada) e 2 na área rural (BRASIL, 2024).

De acordo com o Censo Escolar (2024), houve 3.563 matrículas no Ensino Médio em Piraquara (até a 4ª série), sendo 3.530 matrículas na rede Estadual no Ensino Regular, enquanto a Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresentou um total de 775 matrículas nessa etapa de Ensino.

Comparando com dados do Censo Escolar 2025, observa-se redução no número de matrículas no Ensino Médio Regular, que passou para 3.100 estudantes, enquanto a Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresentou aumento, totalizando 1.507 matrículas.

Em relação aos alunos beneficiados no programa Pé-de-Meia, o município teve 894 alunos que possuem o benefício (representando um total de 25,27% dos alunos matriculados no Ensino Médio) sendo disponibilizado um valor total de R\$2.294.325,00 no ano de 2024, (BRASIL, 2026). Em 2025, o programa atendeu 892 alunos, sendo disponibilizado um valor de R\$ 4.045.200,00 (BRASIL, 2026).

Como é um programa recente, os resultados específicos sobre os alunos beneficiados sobre o programa no município ainda não foram quantificados. Por esse motivo, indicadores educacionais relacionados ao programa como aprovação, abandono e reprovação serão observados por meio de outros instrumentos como o Censo Escolar 2024 e 2025 (primeiros resultados) e o PNAD 2025 .

Sobre a distorção idade-série, no município de 2024 esse índice chegou a 16,9%, número menor se comparado ao ano anterior que foi de 18,1%, sendo a maior taxa na 1ª série dessa etapa (QEdu, 2024). A taxa de abandono, que é um dos fatores levados em consideração

do Pé-de-Meia foi de 3,0% no ano de 2024, valor acima do ano de 2023 que foi de 2,6%, ocorrendo principalmente na 2ª série (3,9%) e 3ª série (3,2%) (BRASIL, 2025).

A taxa de abandono em relação a categoria do sexo masculino foi de 3,6% em 2024, ocorrendo principalmente na 3ª série do Ensino Médio (5,1%) (BRASIL, 2025).

Já em relação a categoria feminina houve um aumento dessa taxa, indo de 1,6% para 2,4%. Sobre a série com maior índice de abandono, a 2ª série aparece, com 4,1% (BRASIL, 2025).

Sobre a categoria cor/raça houve aumento em relação ao ano de 2023 na rede estadual do município, principalmente entre pardos (4,0%) e brancos (3,0%). Nas séries escolares, a 2ª série teve maior abandono por pessoas declaradas pretas/ pardas (5,2%) e brancas (4,2%), seguida da 3ª série com pretas/pardas (5,0%) e brancas (2,7%) (BRASIL, 2025).

Outro fator levado em consideração no Pé-de-Meia é a taxa de aprovação. No município esse índice foi de 88,2%, sendo menor que do ano de 2023 que foi de 91,9%, com maiores taxas na 3ª série (94,1%) e 4ª série (100%). A taxa de aprovação no ano de 2024 foi maior entre as mulheres (92,1%) e sendo maior também em todas as séries do Ensino Médio. Em relação à cor/raça esses valores são menores em relação ao ano anterior, tendo os índices de aprovação de 90,3% para pretas/ pardas e 87,3% brancas, sendo maiores na 3ª e 4ª série. No ano anterior esses índices foram de 91,5% pretas/pardas e 91,4% para brancas (BRASIL, 2025).

Já sobre a reprovação, o município teve um aumento em relação a 2023, indo de 5,5 para 8,8% em 2024, sendo a 1ª série com maior índice de reprovação que foi de 14,3% (BRASIL, 2025). Esse índice foi maior entre a categoria masculina, sendo de 12,1% (em 2023 foi de 6,8%), ocorrendo principalmente na 1ª série dessa etapa 19,4%. Entre as mulheres, essa taxa também teve um aumento em relação ao ano anterior, indo de 4,3% para 5,5% (BRASIL, 2025).

Na categoria cor/raça esses valores tiveram aumento em relação ao ano de 2023, principalmente de brancas que foi de 5,9% para 9,7%, seguido de pretas/pardas que foi de 4,7% para 5,7% , ocorrendo principalmente na 1ª série do Ensino Médio na rede estadual de ensino (BRASIL, 2025).

Esses resultados mostram que mesmo com a implementação de políticas de incentivo à permanência escolar como o Programa Pé-de-meia, ainda persistem desafios estruturais no município relacionados à permanência e conclusão do ensino pelos estudantes.

CONCLUSÃO

As políticas públicas refletem os conflitos de interesses e arranjos feitos nas esferas de poder que perpassam as instituições do Estado e da sociedade (LEAL, 2018, p. 71). Nesse sentido, permitem compreender a relação entre sociedade e Estado, seus graus de aproximação ou distanciamento, bem como os mecanismos de participação e construção de direitos sociais e cidadania (HOFLING, 2001, p.39).

O presente trabalho permitiu entender a importância das políticas públicas no contexto educacional, principalmente ações voltadas ao Ensino Médio brasileiro, que é marcado por índices de abandono, evasão e questões de desigualdade econômica e racial.

A análise sobre o programa Pé-de-Meia evidencia que mesmo sendo um programa recente, seus resultados iniciais nesses dois anos apontam avanços importantes em relação às metas buscadas pelo governo, sobretudo em relação à permanência escolar e conclusão. No entanto, ao se observar o contexto do município de Piraquara/PR, percebe-se que ainda persistem desafios significativos, como taxa de abandono, reprovação e distorção idade-série, o que indica que esses problemas não serão superados apenas por incentivos financeiros.

Dessa forma, o programa apresenta potencialidades em relação aos seus objetivos mas também desafios e limites já que está inserido em um contexto marcado por desigualdades estruturais. Assim, suas contribuições e resultados devem ser compreendidos como parte de um conjunto mais amplo das políticas públicas voltadas à garantia e direito à educação.

Por fim, destaca-se o acompanhamento contínuo sobre a implementação e avaliação do programa nos próximos anos, assim como o desenvolvimento dessa política a fim de compreender seus impactos, limites e possibilidades no enfrentamento das desigualdades educacionais no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA. B. L. **Ocupação irregular no Guarituba-Piraquara/PR e ações de melhoria urbana por meio da intervenção pública.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3324> Acesso em: 03 jul. 2025.

BRASIL. **Pé de meia.** Ministério da Educação. 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia>. Acesso em: 27 fev. 2026. .

BRASIL. Ministério da Educação. **Resumo técnico Censo Escolar 2024.** Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2024.pdf Acesso em: 16 dez. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Balanco da aplicação: Enem 2024.** Brasília: Inep, 2026. Disponível em: https://download.inep.gov.br/enem/outros_documentos/balanco_aplicacao_enem_2024_0311_2024-2.pdf. Acesso em: 27 fev. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Balanco da aplicação: Enem 2025.** Brasília: Inep, 2026. Disponível em: https://download.inep.gov.br/enem/outros_documentos/enem_balanco_da_aplicacao_09_11_2025.pdf Acesso em: 27 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Rumo Certo: Iniciativa Rumo Certo | Estratégias para o Mapeamento e Acompanhamento de Estudantes Vulneráveis à Interrupção da Trajetória Escolar.** Brasília: MEC, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia/documentos/rumocerto_naescola.pdf . Acesso em: 27 fev. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2024: notas estatísticas.** Brasília, DF: Inep, 2026. Disponível em:

<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/estatisticas-censo-escolar> .Acesso em: 17 dez. 2025

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Divulgação dos resultados.Censo Escolar 2025**. Brasília, DF: Inep, 2026. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2025/apresentacao_coletiva.pdf Acesso em: 26 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Após dois anos de Pé-de-Meia, abandono escolar cai 43%.** 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2026/marco/apos-dois-anos-de-pe-de-meia-abandono-escolar-cai-43>. Acesso em: 20 abr.2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Pé-de-Meia: poupança para o futuro.** Brasília: MEC, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/institucionais/documentos/flyer-pdm.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2026.

CURY, C. R. J. A educação básica no Brasil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 80, p. 168-200, set. 2002. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 27 fev. 2026.

COSTA, G. L. M.; GERALDI, D. V. **Ensino médio no contexto do PNE (2014-2024): Acesso e permanência protelados. Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 36, p. e10601, 2025. DOI: 10.18222/ae.v36.10601. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/ae/article/view/10601>. Acesso em: 12 jan. 2026

DAYRELL, J. CARRANO, P. MAIA, C. L. **Juventude e ensino médio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. Disponível em: Acesso em 17 nov. 2024. Disponível em: https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2015/01/livro-completo_juventude-eensino-medio_2014.pdf. Acesso em: 17 nov. 2024.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. **A qualidade da educação: perspectivas e desafios.** Cad. CEDES 29 (78). Ago 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Ks9m5K5Z4Pc5Qy5HRVgssjg/?format=html&lang=pt> Acesso em: 10 fev. 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. Disponível em: <https://bds.unb.br/handle/123456789/967> Acesso em: 03 jul. 2025.

GUSMÃO, F. A. F.; AMORIM, S. S. **Desigualdade educacional no ensino médio brasileiro.** Educação, Santa Maria, v. 47, e64040, 2022. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64442022000100294&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 fev. 2026.

HÖFLING, E. M. **Estado e políticas (públicas) sociais.** *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgipc5YsHq/>. Acesso em: 19 abr. 2026.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades.** Piraquara. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/piraquara/panorama> Acesso em: 03 jul. 2025.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Começou a coleta da 2ª etapa do Censo Escolar 2025.** Brasília: Gov.br, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/censo-escolar/comecou-a-coleta-da-2a-etapa-do-censo-escolar-2025>. Acesso em: 27 fev. 2026.

LEAL, W. P. P. **A relação Estado e políticas públicas: uma análise das ações de políticas públicas educacionais no estado do Tocantins a partir dos anos 1990.** Revista Humanidades & Inovação, v. 5, n. 4, p. 77-??, 2018. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/download/661/610>. Acesso em: 20 abr. 2026.

LEITE, L. H. A.; ARROYO, M. G. **Pobreza, Desigualdades e Educação.** Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. 2016. Disponível em: <http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/>. Acesso em: 17 nov. 2024.

NICOLAU. A. **Educação básica tem queda recorde de matrículas em 2025, diz Censo Escolar**. CNN Brasil, 26/02/26. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/educacao/educacao-basica-tem-queda-recorde-de-matriculas-em-2025-diz-censo-escolar/> . Acesso em: 26 fev. 2026.

OLIVEIRA, V.E. de. As fases do processo de políticas públicas. In: Marchetti, V. (Org). **Políticas públicas em debate**. São Bernardo do Campo: UFABC, MP Editora, 2013.

OLIVEIRA, M. M. de; CARVALHO, C. P. de. **Enfrentando o fracasso escolar no nível local: a atuação discricionária de professores e diretores escolares na implementação de uma política educacional**. In: PIRES, R. R. C. (org.). Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2019. Cap. 23. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/190612_implementando_desigualdades.pdf. Acesso em: 21 abr. 2026.

PEREIRA, T. I. **O Ensino de Sociologia e a Educação Popular**. . In BRUNETTA, A. A. (org.) **Dicionário de Ensino de Sociologia**. 1a ed. Maceió, AL: Editora Café com Sociologia, 2020. Disponível em: <https://cafecomsociologia.com/disponivel-o-dicionario-do-ensino-de-sociologia/> Acesso em: 07 fev. 2026.

PIRAQUARA. **Plano Diretor**. Disponível em: <https://www.piraquara.pr.gov.br/storage/content/publicacoes/plano-dodiretor/6390/arquivos/plano-do-diretor-20230731151235.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2024.

PORTAL QEDU. **Distorção idade-série**. QEDu, 2024. Disponível em: https://qedu.org.br/municipio/4119509-piraquara/distorcao-idade-serie?ano=2024&dependencia_id=0&localizacao_id=0&ciclo_id=EM. Acesso em: 26 fev. 2026.

SOUZA C. **Dossiê Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa**. Caderno CRH, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18743/12116> Acesso em 10 fev.2026.

SOUZA C. **Políticas públicas: uma revisão de literatura.** *Sociologia*, Porto Alegre, ano 8, n.16, jul/dez., 2006.

TESSEROLI, A.E.M.S. **Atlas geográfico do município de Piraquara.** O Professor PDE e os desafios da escola pública paranaense. Produção didático-pedagógica. Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE). 2007. vol. II. Disponível em: https://acervodigital.educacao.pr.gov.br/pages/view.php?ref=22788&search=&offset=17421&order_by=relevance&sort=DESC&archive=0. Acesso em: 03 jul. 2025.